

JACOB DOLINGER
CARMEN TIBURCIO

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

13.ª edição

revista, atualizada e ampliada
com a colaboração de **Felipe Albuquerque**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Data de fechamento da edição: 22/11/2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D69d

Dolinger, Jacob

Direito internacional privado / Jacob Dolinger e Carmen Tiburcio. – 13. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ISBN: 978-85-309-7319-3

1. Direito internacional privado. I. Título.

11-5491.

CDU: 341.9

SUMÁRIO

PARTE I – INTRODUÇÃO À DISCIPLINA	1
I. O DOMÍNIO DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	3
O Objeto	3
A Denominação.....	7
O Relacionamento do DIP com as outras Disciplinas Jurídicas....	10
Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público.....	12
A “Sociedade Internacional”	14
A Ótica da Disciplina.....	15
O Direito Público no Âmbito do Direito Internacional Privado...	17
Os Conflitos Interespaciais.....	19
Os Conflitos Interpessoais.....	21
Amor pela Disciplina	22
Quadro Sinótico	24
II. HISTÓRIA E TEORIA DO CONFLITO DE LEIS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	25
Antiguidade	25
Os Bárbaros e a Personalidade das Leis.....	27
O Regime Feudal e a Territorialidade das Leis	28
Os Centros de Mercancia da Idade Média.....	29
Teorias Estatutárias	30
Doutrinas Modernas.....	38
O Método do DIP.....	45
III. FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	49
A) <i>Fontes</i>	49
A Lei.....	49
A Doutrina	53
A Jurisprudência.....	54
Tratados e Convenções	55

Roteiro para Internalização dos Tratados no Direito Brasileiro.....	59
A Convenção não Ratificada como Fonte de Direito	61
Tratado de Lima	63
Tratados de Montevideu	64
Código Bustamante.....	65
Conferência Especializada Interamericana sobre DIP	69
Mercosul.....	70
<i>Restatement of the Law of Conflict of Laws</i>	71
As Convenções da Haia.....	71
Liga das Nações e Nações Unidas	75
Academia de Direito Internacional.....	77
Outras Instituições	77
Jurisprudência Internacional	78
<i>B) Conflito entre Fontes</i>	80
Lei V. Tratado	80
Conflito entre Constituição e Tratado	85
Jurisprudência Brasileira	87
Recurso Extraordinário n. 80.004.....	90
Crítica da Doutrina	93
Em Defesa do Acórdão.....	94
Hipóteses Especiais	96
De Volta aos Acórdãos Antigos	100
A Convenção de Varsóvia (Montreal) sobre Transporte Aéreo.....	101
Proteção de Marca	104
A Questão da Prisão Civil	104
A Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados	107
Conflito Tratado V. Constituição na União Europeia.....	107
Conflito Tratado V. Lei na União Europeia.....	108
Direito Internacional Privado V. Direito Comunitário	109
Crise no Direito Internacional dos Estados Unidos	111

PARTE II – PESSOAS NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO... 113

IV. NACIONALIDADE	115
Nacionalidade e Direito Internacional Privado.....	115
Noção e Importância da Nacionalidade	117
Nacionalidade e Cidadania.....	118
Aquisição de Nacionalidade.....	120
Mudança de Nacionalidade.....	122
Direito Brasileiro da Nacionalidade: Nacionalidade Originária	125

Hipótese Inconstitucional de Nacionalidade Brasileira	135
Naturalização.....	140
Direitos Especiais dos Portugueses.....	144
Perda da Nacionalidade	146
Reaquisição da Nacionalidade	153
Nacionalidade da Mulher Casada.....	153
Jurisprudência Brasileira sobre Perda de Nacionalidade.....	155
Conflitos de Nacionalidade Positivos e Negativos.....	157
Princípios e Regras Internacionais sobre a Nacionalidade	160
Jurisprudência Internacional.....	163
V. A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	169
A Entrada do Estrangeiro.....	169
Visto de Entrada.....	178
Fixação em Determinada Região do Território Nacional (Imigração Dirigida).....	179
O Direito dos Estrangeiros Admitidos	181
Os Direitos do Estrangeiro no Brasil.....	182
Exercício de Atividades Políticas.....	186
Outras Restrições	189
Classificação de Direitos.....	195
Direito Comparado.....	196
Cargo Público	198
Assimilação dos Estrangeiros.....	202
Questões Profissionais.....	204
Estatuto do Refugiado e Asilado.....	205
Saída Compulsória do Estrangeiro	211
Expulsão do Estrangeiro	215
Natureza do Ato de Expulsão.....	219
Competência para Expulsar	220
Defesa do Expulsando.....	221
Defesa do Deportando.....	229
Casos Clássicos da Jurisprudência Brasileira.....	229
Retrospectiva do Direito de Expulsão no Voto do Ministro Thompson Flores.....	236
Indenização por Expulsão	241
Extradicação	242
VI. PESSOA JURÍDICA.....	249
Critérios de Determinação da Nacionalidade das Pessoas Jurídicas...	251
Direito Convencional.....	257

Tratados de Montevideu	257
Código Bustamante.....	258
Convenções da OEA (CIDIP II e III)	258
Tratado de Roma.....	259
Convenção de Bruxelas.....	260
Convenção da Haia.....	261
Convenção de Estrasburgo.....	261
Convenção do BIRD.....	261
Jurisprudência Estrangeira.....	262
Jurisprudência da Corte Internacional.....	263
O Direito Positivo Brasileiro.....	264
Funcionamento da Pessoa Jurídica Estrangeira no Brasil.....	270
Empresas Jornalísticas	272
Jurisprudência Brasileira.....	275
Restrição às Pessoas Jurídicas de Direito Público	276
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	277
PARTE III – CONFLITOS DE LEIS NO ESPAÇO	279
VII. AS NORMAS SOBRE CONFLITOS DE LEIS.....	281
Normas Indiretas.....	281
Normas Diretas.....	283
Normas Qualificadoras.....	285
Estrutura da Norma de DIP: Normas Unilaterais, Bilaterais e Justapostas.....	286
VIII. DIREITO UNIFORME, DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO E DIREITO COMPARADO	293
Direito Uniforme.....	293
Direito Uniformizado	294
Entusiasmo Passageiro pelo Direito Uniforme.....	294
A Uniformização do Direito Econômico	296
Direito Uniforme e Direito Internacional Privado: Teorias de Asser e Jitta.....	297
Sistemas de Solução de Conflitos de Leis.....	298
Direito Internacional Privado Uniformizado.....	299
Os Quatro Fatores Resumidos.....	300
Direito Comparado	302
IX. DIREITO INTERTEMPORAL E CONFLITO DE LEIS.....	307
Sobredireitos e Conflitos Bidimensionais.....	307

Direito Intertemporal Internacional	307
Direito Internacional Intertemporal	309
Jurisprudência Francesa (Direito Intertemporal Internacional)	311
Jurisprudência Brasileira (Direito Internacional Intertemporal)	312
Conflitos Móveis	313
X. REGRAS DE CONEXÃO – LEI DETERMINADORA DO ESTATUTO PESSOAL	315
Regras de Conexão	315
As regras de Conexão	317
O Estatuto Pessoal	319
Territorialidade.....	320
Nacionalidade.....	321
Domicílio	322
Legislações Internas em Matéria de Estatuto Pessoal.....	329
Mudança de Estatuto Pessoal – Conflitos Móveis.....	333
O Estatuto Pessoal nas Convenções da Haia	335
Os Tratados de Montevidéu.....	336
O Código Bustamante.....	336
Proposta do Instituto de Direito Internacional.....	337
O Estatuto Pessoal no Direito Internacional Privado Brasileiro	338
Distinções em Matéria de Capacidade	343
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	344
Exceção do Direito Cambiário	346
Outras Regras de Conexão para o Estatuto Pessoal.....	347
Jurisdição Competente V. Lei Aplicável.....	349
XI. REGRAS DE CONEXÃO E PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	351
Regras de Conexão	351
I – Casamento.....	351
Formalidades Habilitantes.....	351
Formalidades de Celebração.....	352
Capacidade Nupcial/Validade Substancial do Casamento.....	353
Efeitos Pessoais do Casamento	354
Obrigação Alimentar entre os Cônjuges.....	356
Efeitos Patrimoniais do Casamento – O Regime de Bens.....	356
Divórcio	358
Anulação de Casamento.....	359
Pais/Filhos	360

II – Direitos Hereditários	361
III – Bens	363
IV – Obrigações Contratuais	365
V – Obrigações por Atos Ilícitos	367
Princípios de Direito Internacional Privado	368
Princípios Positivos	369
I – Proximidade	369
II – Autonomia da Vontade	370
III – Proteção	370
IV – Lei mais Favorável	371
XII. APLICAÇÃO, PROVA E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO	373
Natureza Jurídica da Lei Estrangeira – Fato ou Direito?	374
Aplicação do Direito Estrangeiro	383
Prova do Direito Estrangeiro	385
Interpretação do Direito Estrangeiro	389
Adaptação	392
Jurisprudência Brasileira	393
PARTE IV – PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	395
XIII. QUALIFICAÇÕES	397
O Processo de Qualificação	397
Conceituar + Classificar = Qualificar	398
O Conflito das Qualificações	398
Os Exemplos	399
Determinação da Lei Qualificadora	401
Jurisprudência Inglesa	405
Jurisprudência Americana	408
A Qualificação no Direito Internacional Privado Brasileiro	409
Jurisprudência Brasileira	412
Noções Qualificadoras em Textos Convencionais e Domésticos ...	416
Projetos para Substituição da Lei de Introdução	418
XIV. REENVIO	419
Primeira Fonte Jurisprudencial do Reenvio	421
O Caso Forgo	422
Debate em Torno do Reenvio	423
Teorias Conducentes ao Reenvio	425
Recusa do Reenvio Baseado na Lei Estrangeira como Fato	426

Reenvio de 2º Grau	427
Terminologia	428
Exceções à Aceitação do Reenvio	429
Sistema Britânico de Duplo Reenvio	431
Textos Legais Relativos ao Reenvio	431
O Direito Convencional e o Reenvio.....	433
Jurisprudência Francesa	439
Jurisprudência Belga	440
Jurisprudência Tunisina: Caso Duprève – Forgo, 2ª edição.....	440
O Reenvio no Direito Internacional Privado Brasileiro.....	441
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	446
XV. ORDEM PÚBLICA	449
A Noção da Ordem Pública no Direito Internacional Privado.....	449
Histórico.....	452
Características da Ordem Pública.....	453
Os Três Níveis da Ordem Pública	458
Aplicação da Ordem Pública Condicionada pela Proximidade.....	465
Substituição da <i>Lex Causae pela Lex Fori</i>	466
O Papel do Juiz	466
Legislação Nacional e Estrangeira.....	467
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	470
Tratados e Convenções	470
Aplicações Veladas do Princípio da Ordem Pública.....	472
A Religião – Desaconselhada como Fator de Conexão	473
Jurisprudência Comparada.....	474
O Repúdio da Mulher Muçulmana Perante os Tribunais Ocidentais	478
Sentença Estrangeira Imotivada	480
Litispêndência e Soberania Nacional	483
Dívida de Jogo Contraída no Exterior	486
Ordem Pública no Plano Interestadual	488
A Ordem Pública Estrangeira e a Ordem Pública Universal.....	490
Conclusão.....	494
XVI. FRAUDE À LEI	497
Noção.....	497
Fundamentos da Fraude à Lei no DIP.....	497
Fraude à Lei no DIP e “ <i>Forum Shopping</i> ”	500
Consequências da Fraude à Lei	501

A Fraude à Lei nas Relações Familiares.....	503
Jurisprudência Francesa	505
Legislação	506
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	508
Fontes Internacionais.....	508
Fraude à Lei Estrangeira.....	509
A Fraude à Lei na Atualidade.....	511
XVII. A QUESTÃO PRÉVIA	513
XVIII. INSTITUIÇÃO DESCONHECIDA.....	521
Algumas Referências Legislativas	522
Hipóteses.....	523
A Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de DIP	524
XIX. TEORIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS.....	525
A Teoria de Pillet.....	525
A Contribuição de Machado Villela.....	529
Diplomas Internacionais	533
O Código Civil Português.....	536
Direitos Adquiridos e Ordem Pública.....	537
O Princípio no Direito Positivo Brasileiro.....	539
Projetos para Substituição da Lei de Introdução.....	541
Escravidão.....	542
Outro Fundamento do Princípio dos Direitos Adquiridos	543
Direitos Adquiridos e Instituição Desconhecida	543
Direitos Adquiridos e Fraude à Lei.....	544
A Teoria Americana dos <i>Vested Rights</i>	544
PARTE V – CONFLITO DE JURISDIÇÕES (PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL).....	547
XX. A NATUREZA DAS NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL.....	549
Normas Diretas e Unilaterais	549
Normas de Direito Público	549
A Equivocada Bilateralização das Normas do Direito Processual Internacional.....	550
Vedação à Bilateralização.....	550
Jurisprudência Brasileira	551
Jurisprudência Estrangeira	553

Fontes do Direito Processual Civil Internacional.....	554
<i>Lex Fori, Lex Diligentiae e Lex Causae</i>	556
Interligação entre a Determinação da Lei Aplicável e a Competência no Plano Internacional.....	563
XXI. ALCANCE E LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	567
Regras Gerais sobre Jurisdição (Competência Internacional).....	568
Competência Concorrente.....	568
Novas Hipóteses de Competência Concorrente Previstas no CPC de 2015.....	572
Relações de Consumo.....	572
Alimentos.....	574
Competência Exclusiva.....	574
Taxatividade ou não das Hipóteses de Competência Internacional.....	576
Hipóteses Previstas em Tratados.....	577
A Eleição de Foro.....	578
Efeitos Positivos e Negativos da Cláusula.....	578
Direito Comparado e Convencional.....	579
Direito Brasileiro.....	582
A Eleição de Foro no CPC de 2015.....	585
XXII. IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO E DE EXECUÇÃO	587
Introdução.....	587
Breves Noções Preliminares.....	587
Imunidade de Jurisdição.....	591
Tipos de Imunidade.....	591
Imunidade do Estado.....	592
Direito Brasileiro.....	595
A Renúncia à Imunidade pelo Estado.....	600
Extensão do Princípio.....	602
Imunidade em Matéria de Direitos Humanos.....	604
Imunidade de Execução.....	605
Execução Fiscal.....	606
Outros Tipos de Imunidades.....	607
XXIII. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL: CARTAS ROGATÓRIAS, HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS E AUXÍLIO DIRETO	613
Introdução.....	613
Cartas Rogatórias.....	614

Cartas Rogatórias Ativas.....	615
Cartas Rogatórias Passivas.....	615
Competência Interna para o <i>Exequatur</i>	615
Competência Internacional.....	618
Carta Rogatória Executória	620
Autoridade Requerente.....	622
Homologação de Sentenças Estrangeiras.....	624
Decisões que Precisam ser Homologadas	627
Auxílio Direto	629
XXIV. ARBITRAGEM INTERNACIONAL.....	633
Introdução.....	633
O Desenvolvimento da Arbitragem no Brasil	634
Arbitragem Internacional.....	637
Definição	637
A) Arbitragem Internacional de Direito Internacional Público	637
B) Arbitragem de Investimentos.....	639
C) Arbitragem Comercial Internacional	640
Arbitragem Comercial Internacional no Direito Comparado.....	640
Arbitragem Comercial Internacional no Brasil.....	643
Disposições da Lei de Arbitragem Brasileira em Matéria de Arbitragem Estrangeira ou Internacional.....	646
Dispensa da Homologação Judicial no País de Origem do Laudo Arbitral	647
Dispensa da Citação da Parte Domiciliada no Brasil pela Via da Rogatória.....	651
BIBLIOGRAFIA	653